



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.385

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Modifica e revoga leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 30/05/2023

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 66/2023. Altera o artigo 3º da Lei nº 3.631, de 16/08/2006, que autorizou a doação de área de terreno ao Estado de Minas Gerais, onde está situada a Escola Estadual Nereide Carvalho. (Referente à Lei nº 5.568, de 06/06/2023).

**Controle Interno – Caixa:** 16.9      **Posição:** 11      **Número de folhas:** 09

Especie: PL  
Categoria: Medicinal  
Ex: 18.9  
Ordem: 11  
nº pls: 07



Nº 64/2023

06.06.2023

# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 66/2023

AUTOR:

Executivo Municipal.

ASSUNTO:

Altera o Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.631, de 16 de agosto de 2006.

## MOVIMENTO

1 - Entrada dia - 23005/2023

2 - Comissão de Legislação e Justiça.

3 - APROVADO EM REGIME DE VOTO NÚMERO

4 - EM: 06.06.2023

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

31-05



## **Município de Montes Claros – MG**

### **Procuradoria-Geral**

**PROJETO DE LEI Nº 66, DE 26 DE MAIO DE 2023.**



**ALTERA O ARTIGO 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.631, DE 16 DE AGOSTO DE 2006**

Os cidadãos de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – O art. 3º, da Lei Municipal de n.º 3.631, de 16 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º – As providências para lavratura e registro da escritura de doação e outras medidas pertinentes ficarão exclusivamente a cargo do donatário.*

***Parágrafo único** – Todas as despesas com a regularização da doação autorizada por esta Lei, inclusive emolumentos, certidões e registros, serão de exclusiva responsabilidade do donatário.”*

**Art. 2º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), 26 de maio de 2023.



Assinado de forma digital por  
HUMBERTO GUIMARAES  
SOUTO:06589235600  
Dados: 2023.05.29 09:15:22  
+03'00'

**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

ASSINADO DIGITALMENTE  
OTAVIO BATISTA ROCHA MACHADO  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



**Otávio Batista Rocha Machado**  
**Procurador-Geral**

Município de Montes Claros - MG  
Procuradoria-Geral



PROJETO DE LEI Nº 22, DE 21 DE MAIO DE 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 30 DE MAIO DE 2023  
PRESIDENTE

Os membros da Comissão de Legislação e Justiça, no uso de suas atribuições legais, aprovam o Projeto de Lei nº 22, de 21 de maio de 2023, que altera a Lei nº 2.881, de 21 de maio de 2023, que dispõe sobre o regime de trabalho dos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

Art. 1º - O Art. 3º da Lei Municipal nº 2.881, de 21 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - As atribuições dos servidores públicos municipais, no âmbito da administração municipal, são as seguintes:

Parágrafo único - Fica a cargo dos servidores públicos municipais a execução das atividades administrativas, técnicas e de apoio, bem como a fiscalização e o controle das atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviços públicos municipais.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 21 de maio de 2023.

Humberto Guimarães Souto  
Prefeito de Montes Claros

Osvaldo Batista Rocha Machado  
Procurador-Geral



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 26 de maio de 2023

**Exmo. Sr.**  
**Vereador Martins Lima Filho**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros**  
**Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2023**  
**Assunto: encaminhamento de projeto de lei**

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **ALTERA O ARTIGO 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.631, DE 16 DE AGOSTO DE 2006**

Encaminhamos, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que tem por objetivo excluir a limitação temporal para que o Estado de Minas Gerais, através da Escola Estadual Nereide Carvalho, possa providenciar o recebimento da escritura de doação e regularizar o imóvel doado, onde já funciona o aludido estabelecimento público de ensino.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Assinado de forma digital por  
HUMBERTO GUIMARAES  
SOUTO:06589235600  
Dados: 2023.05.29 09:15:52  
-03'00'

**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**



Montes Claros 18 de agosto de 2006



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS  
Procuradoria Geral

MONTES  
CLAROS

LEI Nº 3.631 DE 16 DE AGOSTO DE 2006.

DESAFETA ÁREA DE TERRENO DE SUA CARACTERÍSTICA INSTITUCIONAL, TRANSFERE-A PARA O PATRIMÔNIO DISPONÍVEL DO MUNICÍPIO, AUTORIZA DOAÇÃO AO ESTADO DE MINAS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros -MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:  
Art. 1º - Fica desafetada de sua característica de uso institucional a área de terreno medindo 4.992,00m² (quatro mil novecentos e noventa e dois metros quadrados) de propriedade do Município, localizada na Rua Guaporé esquina com a Rua "D", no Bairro João Botelho, nesta Cidade, contendo os seguintes limites e confrontações:

"Partindo do alinhamento da Rua Guaporé e a Rua "D", segue limitando com a dita Rua "D" a uma distância de 78,00m; deste, deflete à esquerda e segue limitando com a área de uso institucional a uma distância de 64,00m; deste, deflete à esquerda e segue limitando com área de uso institucional a uma distância de 78,00m até o alinhamento da Rua Guaporé; deste, deflete à esquerda e segue pelo alinhamento da dita Rua Guaporé a uma distância de 64,00m até o ponto de origem desta descrição".

Parágrafo Único - A área de terreno ora desafetada de sua característica de uso institucional passará ao patrimônio disponível do Município.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais, a área de terreno onde se situa a Escola Estadual Nereide Carvalho.

Art. 3º - O Estado de Minas Gerais através da Escola Estadual Nereide Carvalho, fica obrigado a providenciar o recolhimento da escritura pública de doação, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - As despesas de lavratura, registro e outros emolumentos relativos à escrituração do imóvel doado, correrão às expensas da donatária.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 16 de agosto de 2006.

Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal de Montes Claros



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

## LEI Nº.4.656, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.

**ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 3.631, DE 16 DE AGOSTO DE 2006.**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica alterado o Art.3º da Lei 3.631, de 23 de agosto de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

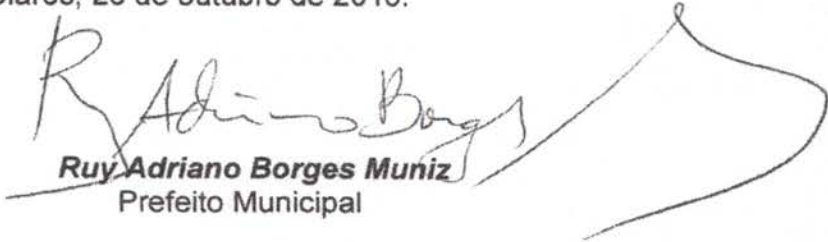
**“Art.3º – O Estado de Minas Gerais, através da Escola Estadual Nereide de Carvalho, fica obrigado a providenciar o recebimento da escritura pública de doação até a data de 31 de março de 2014.**

**Parágrafo único - ...”**

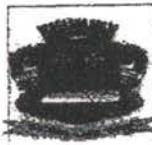
**Art. 2º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 25 de outubro de 2013.

  
**Ruy Adriano Borges Muniz**  
Prefeito Municipal





## MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG – CEP 39.401-002

LEI Nº. 4.686, DE 07 DE JANEIRO DE 2014.

**ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 3.631, DE 16 DE AGOSTO DE 2006.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** – Fica alterado o art. 1º da Lei 3.631, de 16 de agosto de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 1º. - Fica desafetada de sua característica de uso institucional a área de terreno medindo 3.367,77m² (três mil trezentos e sessenta e sete metros e setenta e sete centímetros quadrados), de propriedade do Município, localizada na Rua Guaporé, esquina com a Rua "D", no Bairro João Botelho, nesta cidade, contendo os seguintes limites e confrontações:*

*Partindo do cruzamento da Rua Rosalvo (Antiga Rua "D") com Rua Guaporé, ponto onde se inicia esta descrição, segue no alinhamento desta última na distância de 63,30m até Área Verde e Institucional; daí, deflete à direita e segue limitando com Área e Institucional na distância de 36,00m; daí, deflete à direita e, com o mesmo limitante, segue na distância de 38,10m; daí, deflete à esquerda e, com o mesmo limitante, segue na distância de 41,65m; daí, deflete à direita e, ainda com o mesmo limitante, segue na distância de 25,80m até a Rua Rosalvo Carvalho (Antiga Rua "D"); daí, deflete à direita e segue no alinhamento da Rua Rosalvo Carvalho na distância de 77,85m até o ponto onde se iniciou esta descrição, perfazendo uma área de 3.367,77m²."*

**Art. 2º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), 07 de janeiro de 2014.



*R. Adriano Borges Muniz*  
**Ruy Adriano Borges Muniz**  
Prefeito Municipal





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 66/2023 QUE “Altera o Artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.631, de 16 de agosto de 2006” de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto em questão tem como objetivo alterar o art. 3º acerca do prazo para realização da lavratura definitiva do imóvel.

A iniciativa de Leis que versem sobre o patrimônio público, assim como a alteração de legislação versando sobre o assunto, é do Prefeito Municipal.


Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 31 de maio de 2023.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OABMG/78.605



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 66/2023**

**AUTOR:** Executivo Municipal

**MATÉRIA:** Altera o art. 3º da Lei Municipal nº 3.631, de 16 de agosto de 2006.

**I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 30/05/2023 com entrada na Sala das Comissões no dia 31/05/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição altera o art. 3º da Lei Municipal nº 3.631, de 16 de agosto de 2006, que desafeta área de terreno de sua característica institucional, transfere-a para o patrimônio disponível do Município, autoriza doação ao Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Nos termos da proposição apresentada, a nova redação do art. 3º da Lei Municipal nº 3.631/2016 determina que as providências para lavratura e registro da escritura de doação e outras medidas pertinentes ficarão exclusivamente a cargo do donatário.

O Parágrafo Único do art. 3º da mesma proposição passa a determinar que todas as despesas com a regularização da doação autorizada por esta Lei, inclusive emolumentos, certidões e registros, serão de exclusiva responsabilidade do donatário.

De acordo com a mensagem encaminhada pelo Poder Executivo, a alteração promovida objetiva excluir a limitação temporal para que o Estado de Minas Gerais, através da Escola Estadual Nereide Carvalho, possa providenciar o recebimento da escritura de doação e regularizar o imóvel doado, onde já funciona o aludido estabelecimento público de ensino.

A redação do art. 3º, atualmente em vigência, determina que o Estado de Minas deveria providenciar a regularização do imóvel doado até a data de 31 de março de 2014, limitação temporal fixada pela Lei nº 4.656, de 25 de outubro de 2013, que alterou a redação originária da Lei nº 3.631/2006.

Analizando a presente propositura, verifica-se tratar de matéria de interesse local, de competência exclusiva do Executivo, portanto, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos legais e constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2023.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice\_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus